



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 19/2015 (Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

Inserção no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná do evento Cristo é Nosso Show, realizado anualmente no Município de Campo Mourão.

Art. 1º Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o evento Cristo é Nosso Show, realizado anualmente no mês de novembro, no Município de Campo Mourão.

Art. 2º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei e adotar medidas para apoiar a organização do evento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 23 de março de 2015.

Tiã

Douglas Fabrício

ALEXANDRE CURTI
Presidente

Relator

Douglas Fabrício



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 66/2015 (Autoria do Deputado Tercílio Turini)

Inserção no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná da Festa do Paredão, realizada anualmente no último domingo do mês de maio, no Município de Jaguariaíva.

Art. 1º Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná da Festa do Paredão, realizada anualmente no último domingo do mês de maio, no Município de Jaguariaíva.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 23 de março de 2015.

ALEXANDRE CURI
Presidente

Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 93/2015 (Autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano)

Concessão de Título de Utilidade Pública à
Associação Hospitalar Beneficente Moacir
Micheletto de Assis Chateaubriand - PR,
com sede e foro no Município de Assis
Chateaubriand.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à
Associação Hospitalar Beneficente Moacir Micheletto de Assis
Chateaubriand-PR, com sede e foro no Município de Assis
Chateaubriand.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Comissões, 23 de março de 2015.

Assinaturas manuscritas:
Tina
Hussen

Assinatura manuscrita:
ALEXANDRE CURI
Presidente

Assinatura manuscrita:
Relator
Assinatura manuscrita:
Prof. Luis



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Nereu Moura



PROJETO DE LEI Nº 139/2015

SÚMULA: Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, aos senhores Aldair Teodoro da Silva- Teodoro e Gentil Aparecido da Silva- Sampaio, da dupla sertaneja "Teodoro e Sampaio",

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 21 FEV. 2015

1º Secretário

Art. 1º. - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná aos senhores Aldair Teodoro da Silva- Teodoro e Gentil Aparecido da Silva - Sampaio, da dupla sertaneja "Teodoro e Sampaio".

Art. 2º. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de fevereiro de 2015.


NEREU MOURA
Deputado Estadual



A FORMAÇÃO DA DUPLA

Aldair Teodoro da Silva – Teodoro - e Gentil Aparecido da Silva – Sampaio, naturais do Estado do Paraná, trabalharam juntos e identificaram suas afinidades pessoais e musicais, formando em 1980, a dupla Teodoro & Sampaio.

Teodoro começou a cantar aos 16 anos, incentivado pela família, em especial por seu avô paterno, Joaquim Teodoro, de quem ganhou seu primeiro cavaquinho. O início de sua trajetória musical também está diretamente ligado aos circos, pois durante muito tempo, Teodoro realizou shows em circos por todo o Brasil.

Sampaio iniciou seu contato com a música devido ao incentivo de seu tio Junqueira que, na época, fazia parte de uma dupla sertaneja. A partir de então, Sampaio não conseguiu mais se afastar da música.

Com a formação da dupla em 1980, Teodoro & Sampaio começaram a se dedicar na preparação do primeiro trabalho, que teve o lançamento oficial em 1981, conquistando fãs e admiradores pelo país e espaço definitivo na música sertaneja brasileira.

DISCOGRAFIA

Ao longo da carreira, Teodoro & Sampaio lançaram 26 trabalhos, sendo que desses, 24 foram premiados com "disco de ouro" e dois com "disco de platina". Até os dias de hoje, a dupla já vendeu mais de 6.5000.000 (seis milhões e quinhentos) discos.



"Outro grande sucesso da dupla é 'Vestido de Seda'. Na época, a música vendeu mais de 500 mil cópias e a resposta do público é incrível. Essa também não pode faltar nos nossos shows" (Sampaio).

"A música do repertório do Teodoro & Sampaio que vendeu mais de 700 mil cópias em Vinil e que não pode faltar nos nossos shows é 'Paixão Proibida'. Temos também o disco duplo 'Mulher Chorona', que representa o nosso recorde de vendas até hoje" (Teodoro).

O estilo Teodoro e Sampaio é único, a dupla mistura o romantismo com brincadeiras de duplo sentido. O trabalho musical é reconhecido e agrada a qualquer tipo de público, não importa se jovem, adulto, criança ou idoso. O sucesso tomou conta de todo o país. Quem nunca cantou "Êta mulher chorona, Chora feito uma sanfona".

RECONHECIMENTO

Desde a sua formação, Teodoro & Sampaio conseguiram se manter nas paradas de sucesso das rádios, apresentando novidades para seu público, porém sem perder as principais características da dupla: a alegria, o romantismo e a descontração.

Devido ao reconhecimento da dupla e ao grande carinho do público, Teodoro & Sampaio já participaram de programas com abrangência nacional como o antigo Programa do Bolinha, Domingão do Faustão, Domingo Legal, Programa do Jô, Programa Raul Gil e outros, em entrevistas exclusivas e especiais musicais.

O sucesso da dupla também possibilitou importantes honrarias. Em 1997, a dupla recebeu o título de Cidadão Honorário da cidade de Teodoro Sampaio, cidade paulista localizada no Pontal do Paranapanema e em 2004 pela Câmara Municipal de Londrina. Em 2006, o Parlamento Gaúcho



Atualmente, o programa é exibido para todo o Brasil e também apresenta uma versão em rádio do programa que é transmitido para mais de 250 emissoras de rádio. Juntamente com esses números, o carinho e grande audiência fazem do "Amigos do Teodoro & Sampaio", mais um projeto de sucesso do Teodoro.

"Realizar esse projeto com o meu pai é muito gratificante. O programa é uma forma de nos aproximarmos do público da dupla e de conquistar novos fãs. Além disso, receber novos artistas e nomes já consagrados da música é uma ótima experiência. O importante é sempre transmitir esse clima de família e de amizade" (Marcello Teodoro).



homenageou a dupla devido à colaboração com a tradição gaúcha, expressada em suas músicas.

O reconhecimento da dupla também se expressa em seus shows. Em média, a dupla realiza 200 shows por ano, contando sempre com grande presença de público. Atualmente, são mais de 1,5 milhões de espectadores anuais, representando o sucesso e o carinho do público pelo Teodoro & Sampaio.

Com a conquista do reconhecimento nacional, a dupla Teodoro & Sampaio começou a conquistar espaço no mercado fonográfico internacional, realizando, em 2003, sua primeira turnê pelos Estados Unidos. Devido ao sucesso, dois anos depois, a dupla retornou ao país e recebeu convites para se apresentar também em países da América Latina, no Japão e na Europa.

Em 2008 contabilizam mais dois grandes álbuns intitulados: Quem vai mandar no mundo é a mulher e Amigos do Teodoro e Sampaio, dois novos trabalhos que são tidos como grandes sucessos no Brasil.

Em 2009 lançaram mais um álbum de sucesso intitulado Pitoco, com destaque para a faixa-título do cd.

PROGRAMA "AMIGOS DO TEODORO & SAMPAIO"

Com o grande reconhecimento conquistado e pela forte influência em diversas gerações da música sertaneja do país, Teodoro criou, em 2005, o programa "Amigos do Teodoro & Sampaio".

O programa é apresentado pelo próprio Teodoro e por seu filho, Marcello Teodoro, que semanalmente, recebe grandes nomes e revelações da música popular brasileira para um descontraído bate-papo, apresentações musicais e a realização de uma "roda de viola" com os apresentadores.



CONTATOS

Site Oficial: www.teodoroesampaio.com.br

Escritório de São Paulo

Telefone: (11) 3223 0198

E-mail: garcapromocoes@terra.com.br

Av. Rio Branco, 320 – 7º andar – Sala 71 – Campos Elísios – São Paulo/SP

Escritório de Londrina

Telefone: (43) 3344 0422

Av. Higienópolis, 1601 – 3º andar – Jardim Higienópolis – Londrina/PR

Assessoria de Comunicação

PNA Comunicação

Telefone: (43) 3037-2332

E-mail: imprensateodoroesampaio@gmail.com



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 139/2015

Projeto de Lei nº. 139/2015

Autor: Deputado Estadual Nereu Moura.

Súmula: Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, aos senhores Aldair Teodoro da Silva – Teodoro e Gentil Aparecido da Silva – Sampaio, da dupla sertaneja "Teodoro e Sampaio".

EMENTA: TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Nereu Moura tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná aos Senhores Aldair Teodoro da Silva e Gentil Aparecido da Silva, respectivamente Teodoro e Sampaio.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.

(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembleia



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

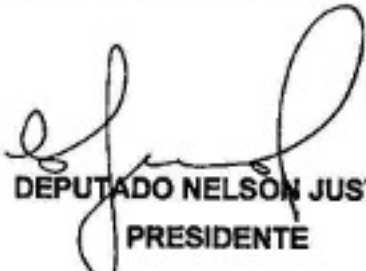
No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício N° 0015/15, em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão benemérito.

No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, com as certidões necessárias devidamente juntadas, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.


CONCLUSÃO

Diante do exposto da **LEGALIDADE** do presente projeto, voto pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 17 de março de 2015.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FELIPE FRANCISCHINI
RELATOR

APPROVADO 17.03.15 
Pela Comissão de Constituição e Justiça e do Centro Cívico - Curitiba - Paraná

17.03.15







PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANEXO PROJETO DE LEI 170/2015

Alteração do art. 8º da Lei nº 17.639,
de 31 de julho de 2013, que dispõe
sobre o Programa Luz Fraterna.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º O art. 8º da Lei nº 17.639, de 31 de julho de 2013, alterado pela Lei nº 18.058, de 30 de abril de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º As atuais unidades consumidoras beneficiadas pelo Programa Luz Fraterna e as empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição de energia elétrica devem se adequar aos requisitos previstos nesta Lei até 30 de junho de 2015, sob pena da perda do benefício.

Parágrafo único. Os atuais consumidores, ainda não inscritos no Cadastro Único de Programas Sociais, mas que recebem o Benefício de Prestação Continuada, BPC, da União Federal, terão dilatação do prazo de adequação até 30 de junho de 2015, desde que indiquem às concessionárias, permissionárias e autorizadas o Número do Benefício, NB, consignado pelo Instituto Nacional do Seguro Social, INSS."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015.

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DAP para providências.

Em, 10/03/15

Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM
Nº 006/2015

Curitiba, em 10 de março de 2015.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 10 MAR 2015

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação ao artigo 8º da Lei nº 17.639, de 31 de julho de 2013, alterada pela Lei nº 18.058, de 30 de abril de 2014, que dispõe sobre o Programa "Luz Fraterna",

Atualmente o referido dispositivo tem a seguinte redação:

"Art. 8º As atuais unidades consumidoras beneficiadas pelo Programa Luz Fraterna e as empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição de energia elétrica devem se adequar aos requisitos previstos nesta Lei até 31 de dezembro de 2014, sob pena da perda do benefício".

Parágrafo único. Os atuais consumidores, ainda não inscritos no Cadastro Único de Programas Sociais, mas que recebem o Benefício de Prestação Continuada, BPC, da União Federal, terão dilação do prazo de adequação até 31 de dezembro de 2014, desde que indiquem às concessionárias, permissionárias e autorizadas o Número do Benefício, NB, consignado pelo Instituto Nacional do Seguro Social, INSS."

Com a presente proposta de alteração passará a ter, caso aprovado por essa Casa de Leis, a seguinte redação:

"Art. 8º As atuais unidades consumidoras beneficiadas pelo Programa Luz Fraterna e as empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição de energia elétrica devem se adequar aos requisitos previstos nesta Lei até 30 de junho de 2015, sob pena da perda do benefício.

Parágrafo único. Os atuais consumidores, ainda não inscritos no Cadastro Único de Programas Sociais, mas que recebem o Benefício de Prestação Continuada, BPC, da União Federal, terão dilação do prazo de adequação até 30 de junho de 2015, desde que indiquem às concessionárias, permissionárias e autorizadas o Número do Benefício, NB, consignado pelo Instituto Nacional do Seguro Social, INSS."

Excelentíssimo Senhor
Deputado ADEMAR TRAIANO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/CTL



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

A presente medida visa garantir a manutenção dos benefícios do Programa Luz Fraterna às famílias com o Benefício de Prestação Continuada, BPC, com respaldo na Resolução Normativa Nº 572, de 13/08/2013, da Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL.

Em que pese os requisitos e prazos consignados em vista do necessário controle das solicitações de ressarcimentos às concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição de energia elétrica, feito pela Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDS, mediante análise dos registros do Cadastro Único de Programas Sociais, entendemos de bom alvitre a dilatação de prazos para os atuais beneficiários do mencionado Programa, incluídos no Benefício de Prestação Continuada, até 30 de junho de 2015, considerando-se tratar-se de famílias extremamente pobres e socialmente vulneráveis com dificuldades de acesso às informações e aos procedimentos exigidos para o registro no Cadastro Único de Programas Sociais.

A dilatação do prazo restringe-se aos atuais beneficiários do Luz Fraterna, beneficiários do BPC, desde que identificados pelo Número do Benefício, NB, consignado pelo Instituto Nacional de Seguro Social, exigindo-se aos novos beneficiários o que preconiza o art. 28 da Resolução 572/2013, da ANEEL: e os requisitos dispostos no artigo 3º da Lei nº 17.639, de 2013.

As concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição de energia elétrica, na habilitação ao benefício, caberá indicar o Número do Benefício apresentado pelo beneficiário do BPC constante no extrato do benefício, na carta de concessão ou mediante verificação no site do INSS.

O Número do Benefício, NB, é um registro que permite ao gestor público, em casos de dúvida ou denúncia verificar a autenticidade e fidedignidade das informações utilizadas para a concessão do benefício do Programa Luz Fraterna, enquanto é providenciado o registro da família no Cadastro Único de Programas Sociais.

Considerando-se as dificuldades de cadastramento dos atuais beneficiários, reconhecidas na Instrução Operacional Conjunta Nº 12 – SENARC/SNAS/MDS, confirma-se pertinente a dilatação proposta.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Lei 17639 - 31 de Julho de 2013

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 9011 de 31 de Julho de 2013

Súmula: Dispõe sobre o Programa "Luz Fraterna" e revoga as Leis Estaduais nº 14.087, de 11 de setembro de 2003 e nº 15.922, de 12 de agosto de 2008.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O Programa "Luz Fraterna" estabelece o pagamento do consumo de energia elétrica para beneficiar famílias de baixa renda, residentes no Estado do Paraná, cujos imóveis - unidades consumidoras - sejam utilizados exclusivamente para fins residenciais, seja em área urbana ou rural, e preencham os requisitos estabelecidos nos artigos 3º e 4º desta lei.

Art. 2º. O Poder Executivo fica autorizado a fazer o pagamento dos valores decorrentes do consumo de energia elétrica e dos encargos e tributos federais decorrentes das situações abrangidas pelo Programa.

Art. 3º. Para ser beneficiário do Programa "Luz Fraterna", o consumidor deve preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

- I** - sua unidade consumidora deve pertencer à classe de consumo "residencial";
- II** - ser beneficiário do Programa Tarifa Social de Energia Elétrica do Governo Federal;
- III** - estar inscrito no Cadastro Único de Programas Sociais, com o cadastro ativo e atualizado;
- IV** - ter renda familiar mensal per capita igual ou menor a meio salário mínimo nacional;
- V** - o consumo de energia elétrica do ciclo de faturamento mensal deve ser igual ou inferior a 120 (cento e vinte) kWh (quilowatt-hora), observada a periodicidade de leitura prevista pelo órgão regulador;
- VI** - não possuir mais de uma unidade de consumo de energia elétrica cadastrada em seu nome, mediante identificação pelo Cadastro de Pessoa Física - CPF.

Parágrafo único. O benefício está limitado a apenas um dos membros de um domicílio com o mesmo Código Familiar, registrado pelo Cadastro Único de Programas Sociais.

Art. 4º. Tem direito ao benefício, nos termos de sua regulamentação, a unidade consumidora com consumo mensal igual ou inferior a 400 (quatrocentos) kWh (quilowatt-hora), habitada por família inscrita no Cadastro Único, com renda familiar mensal de até 3 (três) salários mínimos nacional e que tenha entre seus membros residentes pessoa com patologia cujo tratamento médico requer o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para seu funcionamento, demandam consumo de energia elétrica.

Parágrafo único. O benefício está limitado a apenas uma unidade consumidora por pessoa usuária dos referidos equipamentos.

Art. 5º. Ficam excluídas do benefício as unidades consumidoras:

- I** - em que o consumidor beneficiário não reside no imóvel;
- II** - que não se enquadram nos critérios dos artigos 3º ou 4º;
- III** - que não se caracterizam como domicílio particular permanente;
- IV** - em que o consumo mensal seja igual a zero.

Art. 6º. Os valores pagos às empresas concessionárias, permissionárias ou autorizadas de distribuição de

energia elétrica consistem na diferença entre o valor do consumo calculado com a tarifa residencial e os descontos do programa Tarifa Social de Energia Elétrica do Governo Federal.



Parágrafo único. Não são cobertos os valores referentes à contribuição para custeio do serviço de iluminação pública, valores de multas, juros e correção monetária devidas em razão de atraso de pagamento, bem como outras despesas autorizadas pelo consumidor junto às concessionárias, permissionárias ou autorizadas de distribuição de energia elétrica.

Art. 7º. Os valores serão pagos às empresas de acordo com normas estabelecidas em Decreto e mediante dotação orçamentária própria.

~~**Art. 8º.** As atuais unidades consumidoras beneficiadas pelo Programa Luz Fraterna e as empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição de energia elétrica devem se adequar aos requisitos previstos nesta Lei dentro do prazo de vacância previsto no artigo 9º, sob pena de perda de benefício.~~

Art. 8º. As atuais unidades consumidoras beneficiadas pelo Programa Luz Fraterna e as empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição de energia elétrica devem se adequar aos requisitos previstos nesta Lei até 31 de dezembro de 2014, sob pena de perda do benefício.
(Redação dada pela Lei 18058 de 30/04/2014)

Parágrafo único. Os atuais consumidores ainda não inscritos no Cadastro Único de Programas Sociais, mas que recebem o Benefício de Prestação Continuada - BPC da União Federal, terão dilação do prazo de adequação até 31 de dezembro de 2014, desde que indiquem às concessionárias, permissionárias e autorizadas o Número do Benefício - NB consignado pelo Instituto Nacional do Seguro Social, INSS.
(Incluído pela Lei 18058 de 30/04/2014)

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2013, ficando revogadas as Leis nº 14.087, de 11 de setembro de 2003 e nº 15.922, de 12 de agosto de 2008.

Palácio do Governo, em 31 de julho de 2013.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Cezar Silvestri
Secretário de Estado de Governo

Reinhold Stephanes
Chefe da Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

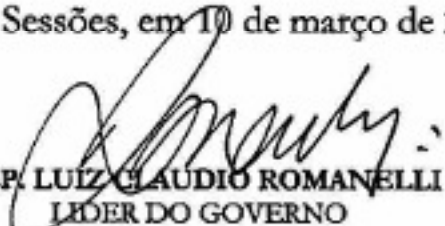


REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER REGIME DE URGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 70/2015 – ORIUNDO DA MENSAGEM N.º 006/15, que visa dar nova redação ao artigo 8º da Lei nº 17.639, de 31 de julho de 2013, alterada pela Lei nº 18.058, de 30 de abril de 2014, que dispõe sobre o Programa Luz Fraterna, conforme especifica.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, Requer, após ouvido o Douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno **REGIME DE URGÊNCIA** ao Projeto de Lei nº 70/2015 – oriundo da Mensagem n.º 006/15, que visa dar nova redação ao artigo 8º da Lei nº 17.639, de 31 de julho de 2013, alterada pela Lei nº 18.058, de 30 de abril de 2014, que dispõe sobre o Programa Luz Fraterna, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 10 de março de 2015.


DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
LÍDER DO GOVERNO



Anote-se e encaminhe-se
Para Providências
DL, 10/03/15

15:48 10/03/2015 000959 MP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 170/2015

Projeto de Lei nº. 170/2015

Autor: Poder Executivo - Mensagem nº. 006/2015.

Súmula: Alteração do art. 8º da Lei nº 17.639, de 31 de julho de 2013, que dispõe sobre o Programa Luz Fraterna.

EMENTA: ALTERAÇÃO DO ART. 8º DA LEI Nº 17.639, DE 31 DE JULHO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE O PROGRAMA LUZ FRATERNA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTS. 65, e 87, IV DA CE. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade a alteração do art. 8º da Lei nº 17.639, de 31 de julho de 2013, que dispõe sobre o Programa Luz Fraterna, a fim de conceder prazo até o dia 30 de junho de 2015, para que os beneficiários do programa se adequem aos requisitos previstos na referida Lei.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Com relação à iniciativa das Leis, ainda, oportuno observar a **Constituição Estadual**, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, são de iniciativa privativa do Governador do Estado, nos termos dos artigos 66, IV e 87, VI, VI e XVIII vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado às leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei.

XVIII - celebrar ou autorizar convênios ou acordos com entidades públicas ou particulares, na forma desta Constituição;

○ Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Na forma supramencionada, nada mais pode ser analisado quanto à possibilidade Legislativa do Executivo diante do proposto, fazendo com que não haja quaisquer vícios de inconstitucionalidades ao Ante Projeto nesta oportunidade analisado.

○ No que tange aos requisitos exigidos pela Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual "Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências", imperioso consignar que, o ora projeto não importa em renúncia de receitas, eis que visa tão somente a dilação de prazo para a adequação dos beneficiários aos requisitos da Lei, portanto, mantendo um benefício já concedido pelo Estado à camada mais humilde da população.

Por fim, devemos observar que o projeto de lei não encontra óbice a Lei Complementar Federal nº. 95/98, uma vez que apresenta conformidade quanto à técnica legislativa utilizada e elaboração da lei.



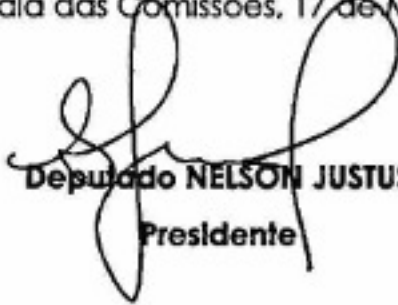
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e da técnica legislativa.

Sala das Comissões, 17 de MARÇO de 2015.


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado
Relator Guto Silva










APROVADO

17.03.15



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 170/15

O presente Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 006/15, que objetiva alterar o art. 8º da Lei nº 17.639, de 31 de julho de 2013, que dispõe sobre o Programa Luz Fraterna.

Procedida à análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, observamos que a matéria em epígrafe recebeu o devido parecer favorável, sendo o mesmo aprovado.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta visa a dilação do prazo para os atuais beneficiários do mencionado Programa até 30 de junho de 2015.

A proposta em epígrafe, encontra amparo legal, quanto a iniciativa, nos arts. 65, 66 e 87, todos da Constituição Estadual.

Vale ressaltar que em relação a Lei Complementar Federal nº 101/00, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a proposta objetiva garantir a manutenção dos benefícios do Programa citado às famílias com o Benefício de Prestação Continuada, BPC, respaldado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Isto posto, esta Comissão de Finanças, nada encontrou que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 18/03/15

DEP. ARTAGÃO JUNIOR
PRESIDENTE

DEP. FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Em exercício

Dep. Tiago

Dep. Duplone



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 178/2015

Nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 12.217, de 15 de julho de 1998, que autorizou o Poder Executivo a ceder imóveis situados nesta Capital à Associação Mantenedora do Centro Integrado de Prevenção – AMCIP e à Associação Beneficente Renascer – ASCER.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os arts. 1º e 2º da Lei nº 12.217, de 15 de julho de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Associação Mantenedora do Centro Integrado de Prevenção – AMCIP, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, com área de 2.592,12 m², parte remanescente da área descrita na Transcrição das Transmissões nº 16.111, do Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição da Comarca de Curitiba, cujas características, de acordo com memorial descritivo são: o perímetro do terreno tem início no ponto 0-PP, com coordenadas E: 675.706,478m e N: 7.184.246,123m; deste segue em linha reta, no azimute 356º 11' 03" numa distância de 30,33m de frente para a rua Imaculada Conceição até encontrar o ponto 01, deste deflete à direita e segue em linha reta, no azimute 78º 06' 47" numa distância de 80,18m até encontrar o ponto 02; deste deflete à esquerda e segue em linha reta no azimute 166º 46' 34", numa distância de 32,31m até encontrar o ponto 03; deste deflete à direita e segue em linha reta no azimute 257º 29' 06" numa distância de 36,02m até encontrar o ponto 04; deste deflete à direita e segue em linha reta no azimute 267º 06' 06" numa distância de 17,50m até encontrar o ponto 05, deste deflete à esquerda e segue em linha reta, no azimute 257º 59' 26" numa distância de 31,89m até encontrar o ponto 0-PP, início da presente descrição do perímetro, perfazendo uma área de 2.592,12m².



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Associação Beneficente RENASCER – ASCER, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, com área de 3.811,88 m², parte remanescente da área descrita na Transcrição das Transmissões nº 16.111, do Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição da Comarca de Curitiba, cujas características, de acordo com memorial descritivo são: perímetro do terreno tem início no ponto 0-PP, com coordenadas E: 675.701,010m e N: 7.184.328,111m; deste segue em linha reta no azimuth 78º 12' 06" numa distância de 65,45m até encontrar o ponto 01, fazendo frente para a rua Guabirotuba; deste deflete à direita e segue em linha reta, no azimuth 175º 25' 22" numa distância de 20,59m até encontrar o ponto 02; deste deflete à esquerda e segue em linha reta no azimuth 78º 13' 21", numa distância de 14,41m até encontrar o ponto 03; deste deflete à direita e segue em linha reta no azimuth 176º 07' 26" numa distância de 31,08m até encontrar o ponto 04; deste deflete à direita e segue em linha reta no azimuth 258º 06' 47" numa distância de 80,18m até encontrar o ponto 05, confrontando nestas extensões com área remanescente do Estado; deste, deflete à direita e segue em linha reta, no azimuth 356º 11' 03" numa distância de 51,84m até encontrar o ponto 0-PP, início da presente descrição do perímetro, fazendo nova frente para a rua Imaculada Conceição, perfazendo uma área de 3.811,88 m²

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga a Lei nº 17.890, de 26 de dezembro de 2013.

MENSAGEM

Nº007/2015

Curitiba, 13 de março de 2015.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 16 MAR. 2015
[Assinatura]
1º Secretário



Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 13 MAR. 2015

[Assinatura]
Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 12.217, de 15 de julho de 1998, que autorizou o Poder Executivo a ceder imóveis situados nesta Capital à Associação Mantenedora do Centro Integrado de Prevenção – AMCIP e à Associação Beneficente Renascer – ASCER.

A Lei nº 12.217, de 1998, promulgada com o escopo de ceder os referidos imóveis, foi retificada por meio da Lei nº 17.890, de 2013, em função de incorreção nas medições dos terrenos ali constantes. Entretanto, de acordo com os Ofícios nºs 0056/2014 – RENASCER e Ofício nº 096/2014 – AMCIP, anexos ao Protocolado nº 13.364.198-0, novamente faz-se necessária a correção das referidas medição posto que a incorreção impede a expedição de alvará de construção para as duas entidades.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

[Assinatura]
CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado ADEMAR TRAIANO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 13.364.198-0

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | www.pr.gov.br

14:35 16/03/2015 001014 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Lei 12217 - 15 de Julho de 1998

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 5304 de 31 de Julho de 1998

(vide Lei 16033 de 29/12/2008)

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a ceder imóveis situados nesta Capital, à Associação Mantenedora do Centro Integrado de Prevenção - ANCIP e à Associação Beneficente Renascer - ASCER, conforme específica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Associação Mantenedora do Centro Integrado de Prevenção - ANCIP, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, com área de aproximadamente 2.500,00 m², parte remanescente da área descrita na transcrição nº 16.111, do Livro 3-F, do Cartório de Registro de Imóveis da V Circunscrição da Comarca de Curitiba, com os seguintes limites e confrontações: 40,50 m de frente para a Rua Imaculada Conceição; 61,70 m pela lateral direita de quem de mencionada rua olha o lote confrontando com área pertencente à PUC; 61,70 m pela lateral esquerda segundo a mesma orientação, confrontando com área remanescente do Estado; e 40,50 m na linha dos fundos, confrontando com área remanescente do Estado.

Parágrafo único. A área de que trata o "caput" deste artigo, será cedida à Associação Mantenedora do Centro Integrado de Prevenção - ANCIP, para que aquela entidade ali construa as instalações e mantenha em funcionamento sua sede, dando, assim, continuidade ao atendimento que vem fazendo a crianças portadoras de necessidades especiais, podendo a mesma ser retomada a qualquer tempo pelo Estado do Paraná, tendo esta cessão duração até 31 de dezembro de 1998, permitida prorrogação por 10 (dez) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo mencionada área ser utilizada para outros fins, nem ser transferida a terceiros, sob pena desta cessão tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, a Instituição cessionária, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Art. 2º. Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Associação Beneficente Renascer - ASCER, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, com área de aproximadamente 2.500,00 m², parte remanescente da área descrita na transcrição nº 16.111, do Livro 3-F, do Cartório de Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição da Comarca de Curitiba, com os seguintes limites e confrontações: 40,50 m de frente para a Rua Imaculada Conceição; 61,70 m pela lateral direita de quem de mencionada rua olha o lote confrontando com área remanescente do Estado; 61,70 m pela lateral esquerda segundo a mesma orientação, confrontando com a Rua Guabirotuba; e 40,50 m na linha dos fundos, confrontando com área remanescente do Estado.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Associação Beneficente Renascer - ASCER, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, com área de 3.804,77,00 m², parte remanescente da área descrita na Transcrição das Transmissões nº 16.111, do Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição da Comarca de Curitiba, com os seguintes limites e confrontações: 51,84 m de frente para a Rua Imaculada Conceição; 80,14 m pela lateral direita de quem olha da mencionada rua o lote, confrontando com área remanescente do Estado; 65,48 m pela lateral esquerda segundo a mesma orientação, confrontando com a Rua Guabirotuba; e 49,69 m na linha do fundo, confrontando com área remanescente do Estado.

(Redação dada pela Lei 17890 de 26/12/2013)

Parágrafo único. A área de que trata o "caput" deste artigo, será cedida à Associação Beneficente Renascer - ASCER, para que aquela entidade ali construa as instalações e mantenha em funcionamento sua sede, dando, assim, continuidade aos trabalhos de reabilitação e socialização a pessoas portadoras de necessidades especiais, podendo a mesma ser retomada a qualquer tempo pelo Estado do Paraná, tendo

esta cessão duração até 31 de dezembro de 1998, permitida prorrogação por 10 (dez) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo referida área ser utilizada para outros fins, nem ser transferida a terceiros, sob pena desta cessão tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, mencionada Instituição cessionária, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, assim como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.



Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 15 de julho de 1998.

Jaime Lerner
Governador do Estado

Reinhold Stephanes Junior
Secretário de Estado da Administração

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado



© Casa Civil do Governo do Estado do Paraná
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná




CASA CIVIL



CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida  voltar 

Exibir Ato

 Página para impressão

Lei 17890 - 26 de Dezembro de 2013

Alterado Compilado Original 

Publicado no Diário Oficial nº. 9112 de 26 de Dezembro de 2013

Súmula: Altera o art. 2º da Lei nº 12.217, de 15 de julho de 1998, que autorizou o Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica à Associação Beneficente Renascer.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O art. 2º da Lei nº 12.217, de 15 de julho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Associação Beneficente Renascer - ASCER, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, com área de 3.804,77,00 m², parte remanescente da área descrita na Transcrição das Transmissões nº 16.111, do Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição da Comarca de Curitiba, com os seguintes limites e confrontações: 51,84 m de frente para a Rua Imaculada Conceição; 80,14 m pela lateral direita de quem olha da mencionada rua o lote, confrontando com área remanescente do Estado; 65,48 m pela lateral esquerda segundo a mesma orientação, confrontando com a Rua Guabirotuba; e 49,69 m na linha do fundo, confrontando com área remanescente do Estado."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 26 de dezembro de 2013.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Dinorah Botto Portugal Nogara
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

Cezar Silvestri
Secretário de Estado de Governo

Reinhold Stephanes
Chefe da Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 178/2015

Projeto de Lei nº 178/2015

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 007/2015

Súmula: Nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº. 12.217, de 15 de julho de 1998, que autorizou o Poder Executivo a ceder imóveis situados nesta Capital à Associação Matenedora do Centro Integrado de Prevenção – AMCIP e à Associação Beneficente Renascer – ASCER.

EMENTA: CESSÃO DE USO DE IMÓVEL. ALTERAÇÃO DA LEI. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 007/2015, visa dar nova redação aos Arts. 1º e 2º da Lei nº 12.217, de 15 de julho de 1998, que autorizou o Poder Executivo a ceder imóveis situados nesta Capital à Associação Matenedora do Centro Integrado de Prevenção – AMCIP e à Associação Beneficente Renascer – ASCER, a fim de corrigir erros das medições para a devida expedição do Alvará de Construção.

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

8) Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

9) **Art. 17.** A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 17 de março de 2015.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente

CLAUDIA PEREIRA
Relatora

APROVADO

17.03.15

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná